

## DEUS ESTÁ MORTO, GRAÇAS A DEUS!

Jandir João Zanotelli.\*

Nosso tempo é um tempo de perplexidades, um tempo de confusão dos deuses. Ao mesmo tempo é um tempo de desilusão e um tempo de novas esperanças. Ou será apenas o tempo da indiferença?

A Filosofia enquanto inteligibilidade metódica, radical, sistemática da realidade parece nada ter a dizer sobre Deus. E chega à conclusão que a pretensão de falar do absoluto de forma absoluta é uma contradição insuperável. A Filosofia, enquanto sistema dos princípios e razões últimas, parece ser quimera do passado, definitivamente superada. Restariam filosofias regionais, saberes parciais que nem pretendem ser sistema. Por outro lado, uma filosofia cristã que já tem em si mesma a resposta à pergunta radical, seria um absurdo, “um ferro de madeira”, como diria Heidegger<sup>1</sup>.

Mas, quando a Filosofia se refere a Deus, a que está se referindo? Aristóteles identificava Deus com o Absoluto como sendo a causa última, como o Pensamento que se pensa a si mesmo; Descartes como a idéia de Perfeição Absoluta contida no meu pensamento e que, para ser absoluta e perfeita deveria existir; para Kant o princípio último do pensamento serão as condições a priori do conhecer enquanto consciência; para Hegel é o Absoluto enquanto constructo da Consciência que supõe um conhecimento absoluto do absoluto. Esta filosofia, porém, que fala do Absoluto enquanto fundamento ou construção da racionalidade, pretende identificar esse Absoluto com Deus.

Caberá, porém, a experiência de Deus nesse estreito, apertado método de racionalidade, que alguns pretendem chamar de Filosofia, sem mais? Pode a Filosofia ser um pensamento que não dá conta de toda a realidade, de toda a experiência, mas de uma realidade que os filósofos de antemão já definiram e recortaram como sendo a que couber na ponta de um silogismo lógico?

Pretendemos mostrar que a Filosofia, mais necessária do que nunca, deve ser, teimosa, precária, sistemática e racionalmente a inteligência de toda a realidade. Que ela pode, mais, deve pensar sobre Deus e a experiência de Deus, e que Deus não pode ser identificado com o Absoluto simplesmente e nem com o Deus do Estado de Cristandade, como se Ele fosse Deus, e mais ainda como se Ele se identificasse com o Deus de Jesus Cristo.

Nietzsche proclamou que “Deus está morto! E nós é que o matamos...Deus morreu, viva o super-homem...Um povo que conserva a fé em si mesmo tem também um Deus que lhe pertence...são as condições que o fizeram triunfar.. suas virtudes...sentimento de poder às quais ele pode dar graças...a religião é uma forma de gratidão...O homem está agradecido consigo mesmo e por isso precisa de um Deus”.<sup>2</sup>

A cultura ocidental, o Estado de Cristandade, mataram Deus e, nisso, Nietzsche estava

---

\* O autor é Livre-docente e doutor em Filosofia, ex-reitor e professor de Filosofia da Universidade Católica de Pelotas

<sup>1</sup> Heidegger, M. *Introdução à Metafísica*, Introdução. 1966: 46.

<sup>2</sup> Cf. Obras de Nietzsche in *René Gierard com os Teólogos da Libertação*, 1991 pg. 180-181.

com a verdade. Esse Deus aliás nem havia nascido. Fora um aborto, um ídolo ao qual foram sacrificados milhões de homens (não só de índios da América, de negros da África ou de asiáticos), ídolo ao qual foi sacrificado o melhor e mais profundo desejo de muitos homens e mulheres. Ídolo insaciável de vítimas e sacrifícios. Mas que Deus é esse?

Esse é o Deus ( um dos ) do Estado de Cristandade. O Estado de Cristandade constituiu-se a partir de 313 e perdura até hoje sob o nome de Civilização Ocidental e Cristã. Esse, porém, não é o Deus de Jesus Cristo, nem o Deus dos povos semitas e pré-semitas. Dessa caricatura de Deus, assim como Nietzsche, devemos ser ateus, sob pena de não sermos homens.

O Estado de Cristandade nasceu da, e enquanto, fusão do Cristianismo com a Cultura greco-romana espelhada no Império Romano. Essa fusão iniciou com a tradução da mensagem cristã em categorias gregas a partir do primeiro século de nossa era. As categorias gregas, próprias das culturas indo-européias de cunho formalista (a forma das coisas se representa em idéias e essas se expressam em termos de linguagem), racionalista (a razão sozinha, é capaz de, seguindo um método imposto por ela mesma, chegar à verdade, ao fundamento de tudo, que é a causa primeira, Deus) desprezando a sensibilidade, o desejo, a utopia, a história e os outros homens para aceder à verdade, essas categorias gregas são contraditórias à mensagem cristã bem como às culturas pré-semitas e transformaram a teologia de hermenêutica histórica em sistema de princípios expresso numa lista de dogmas absolutos.

As culturas pré-semitas, as primeiras civilizações que a humanidade conheceu, (como as do Egito antigo, a dos Sumérios, a do Rio Indo de Mohenjo Daro e Hárapa, a do Rio Amarelo antes do Império Chinês, a Maio-Asteca e Inca na América) insistiam que era preciso desfigurar a figura e deformar a forma para poder significar. Que a verdade não aparece nem é acessível senão na parábola, na poesia, na ambigüidade polissêmica da esfinge e da caricatura “monstruosa”. “Flor e canto (poesia) são o único acesso que temos à verdade sobre a terra” diziam os tlamatinimes astecas.<sup>3</sup> O homem e seus desejos têm múltiplos rostos e não se esgotam numa forma, num nome ou num objeto. A pirâmide, como desfiguração e deformação da montanha ( e todos tinham pirâmides) é a morada do homem cuja vida começa com a morte. Antes da morte, na vida sobre a terra, tudo é efêmero, provisório, passageiro como a flor e o canto. Deus, que expressa o desejo mais profundo do homem e de um povo e, por isso, seus símbolos mais importantes, tem sempre um rosto feminino-masculino e múltiplo, sem que, por isso, tenhamos que chamar a estes povos, pejorativamente, de politeístas. A mulher, entre os pré-semitas tem lugar social, político e cultural próprio, porque esses povos não aceitam a “propriedade” da terra como critério definidor do humano. A comunidade é o valor determinante de tudo. Por isso seu Deus é expressão do desejo integrador da comunidade, integrador de todas as coisas. Para isso confira-se o mito da plantação do milho entre os nossos guaranis<sup>4</sup>.

Para os semitas, por outro lado, e entre eles os Hebreus e Cristãos, Deus, assim como o outro homem se expressa na alteridade, na “outridade” do outro. O outro homem que me surpreende sempre como liberdade, como novidade absoluta que não cabe no meu cálculo, no

---

<sup>3</sup> Miguel León PORTILLA. *La Filosofía Náhuatl*. México: UNAM, 1979:142.

<sup>4</sup> “Quando Tupã fez o homem, ensinou-o a plantar milho: a uma passada larga uma cova da outra; em cada cova 5 grãos = um para a terra, outro para os pássaros, outro para o outro índio, o quarto para Tupã e o quinto para si mesmo”. Sintetiza em si mesmo, o mito, a ecologia, a antropologia social, a teologia, a psicologia, a economia.

meu esquema, no meu sistema, é transcendência e a ele só tenho acesso através da ponte ambígua da linguagem. Ao perguntar-lhe “quem és tu” obtenho uma resposta que nasce de um âmbito inacessível à minha mão, à minha manipulação: ele é outro de mim e não apenas um outro eu, como minha imagem e semelhança. E a essência da linguagem é ouvir, escutar. Escutar implica crer na palavra do outro, interpretar, traduzir. Só no escutar é possível a fala e o encontro misterioso de duas alteridades. O outro me faz ser enquanto é outro de mim. No momento em que ele for sacrificado, anulado como outro, como alteridade, eu também deixo de ser. Não há possibilidade para que eu me sacrifique ou o outro seja sacrificado em função de mim ou do outro. O homem é essencialmente relação e relação de alteridade. Ou não é.

Deus<sup>5</sup>, Javé, como suprema alteridade, manifesta-se na mesma linguagem pela qual tenho acesso, ambíguo, precário, histórico com o outro homem. É nessa linguagem (sacramento) que o homem se encontra com o outro através do mundo na transcendência do amor. E o Deus Javé, de múltiplos rostos acontece na história da comunidade dos homens como “ciumentamente” único: tudo foi criado por Ele, nada é divino senão Javé. Por isso o homem não ajoelha diante de nada, nem do universo e seus astros, nem dos animais, nem dos outros homens, nem diante da lei seja ela qual for, nem da tradição, nem da moral (: o Sábado foi feito para o homem e não o homem para o Sábado, dizia Cristo) nem de si mesmo. Javé, porém, não é o Deus dos indo-europeus e vivido pelo Estado de Cristandade e que Nietzsche chamará de “lamentável monoteísmo cristão”<sup>6</sup>. O Encontro na Liberdade é a utopia e a esperança semita.

Esse encontro amoroso e exigente que é festa, história, celebração e perdão não admite sacrifícios e vítimas. Deus é o coroamento, o acabamento, o orgasmo de nosso desejo e não a sua negação, a sua proibição, o ídolo que exige sangue e sacrifício. O sacrifício é sempre crime e este resulta do cumprimento da lei<sup>7</sup>. Não importa se o sacrifício tenha ou não resultado (como é o caso de Agamenon que mata a filha Efigênia para aplacar a deusa Artemis e assim conseguir conquistar Tróia. Como houve a vitória, o assassinato de Efigênia é interpretado como sacrifício agradável à deusa e Agamenon como herói) ele é sempre um assassinato. E a justiça que se faz pelo cumprimento da lei é sempre sacrificial. A lei proíbe e, enquanto tal, mata. É na vítima que se mostra a justiça da lei. No bode expiatório.

A Ressurreição de Jesus é para os cristãos, na experiência da fé, a superação, a integração enquanto anulação de todo sacrifício. Não é pela dor, pelo sofrimento, pela morte e imolação de si e dos outros, pelo sacrifício que o homem se salva e se realiza. A morte, a dor, o sacrifício se tornaram inúteis, superados, vencidos na Ressurreição. A Ressurreição de Jesus, o primeiro ressuscitado de todos os homens e para todos os homens, é o arquétipo mais profundo da antropologia cristã, o fato histórico definitivo e definidor do humano do homem. É a garantia da utopia, do desejo, da esperança do homem. Na Ressurreição se evidencia a profecia mais recorrente em toda a tradição hebraica: não há casamento entre o homem e o mal, entre o homem e o pecado, entre o homem e a morte, entre o homem e o sacrifício (“porei

---

<sup>5</sup> Deus é um nome indo-europeu e deriva de “dia” como *Zeus* (o ar luminoso), *theos*, *deus*, *Zeus-pitar*. E o dia é, par ao indo-europeu, o instrumento pelo qual o homem proprietário domina sozinho e machistamente a terra, o gado, os outros, a si mesmo (o homem é homem porque é dono de uma luz interior chamada *nous*). Aqui empregamos o termo Deus como o Estado de Cristandade nos ensinou, vinculado a Javé, cujas características não são as do *Deus* indo-europeu.

<sup>6</sup> Cf. *A Gaia Ciência*

<sup>7</sup> Hinkelammert, Fr.J. *Paradigmas e Metamorfoses do Sacrifício de Vidas Humanas* in René Girard com Teólogos da Liberdade, pg. 160 e ss.

inimizade entre ti e a mulher, entre tua descendência e a dela; tu procurarás morder-lhe o calcanhar, mas ela te esmagará a cabeça”<sup>8</sup>).

A Ressurreição é a vitória do amor fraterno acima de toda a lei e de todos os sacrifícios<sup>9</sup>, a vitória de que o “Sábado foi feito para o homem e não o homem para o Sábado”.

Na Ressurreição acontece a possibilidade real da fraternidade e da comunidade e da linguagem como encontro no Espírito de Deus (que em hebraico é feminino e não masculino como nos veio pela tradução grega). Deus tem rosto e coração de mãe (João Paulo I). Deus não quer sacrifícios e sim misericórdia. Se a fidelidade ao compromisso misericordioso implica dom, entrega, morte, martírio isto não significa que são o sacrifício, a morte que salvam. Eles são, como diria Nietzsche, uma fatalidade trágica do destino, isto é da condição humana, mas o que salva é a misericórdia que realiza o desejo, e não apenas o desejo mimético, do homem<sup>10</sup>.

Por outro lado, os indo-europeus cuja expressão maior é a cultura greco-romana (afora o Império Chinês, os Reinos Arianos da Índia, os Impérios Medo e Persa...) trouxeram para a história do Ocidente outro núcleo ético-mítico: o homem é e se define como proprietário **do gado** (os povos indo-europeus são criadores de gado, domesticadores do cavalo e os primeiros a produzir o ferro), da **terra**, dos **outros** homens, especialmente dos trabalhadores (sempre escravos), e como proprietário **de si** e, para isso, proprietário **de Deus**.

Inauguram a longa história do complexo de Édipo: o homem, a cultura, a história se estruturam como negação, proibição, controle do desejo, da libido do homem. A história da proibição, do tabu, da lei. A rebeldia contra a proibição (o assassinato do pai ancestral, mítico ou real), essa culpa originária do homem e que exige expiação (através de sacrifícios) explicaria a necessidade ilusória de um Deus que não apenas é vingativo, rancoroso, exigente da expiação da culpa através da negação do humano do homem, mas é a própria vingança, fonte de toda a violência que o homem carrega tragicamente dentro de si.

Este homem, solitário porque proprietário (a propriedade se define como o “jus utendi et abutendi” e não tem limitação, é sempre absoluta, é sempre exclusiva e excludente), tendo os outros como sua negação, como usurpadores, como ladrões de seu ser, como “o inferno” no dizer de Sartre, este homem pretende o impossível.

O homem é um projeto impossível. Para ser ele próprio, idêntico a si mesmo (como proprietário), para ser Deus, para ser livre (enquanto árbitro), não pode ser homem. Condenado a ser livre, ele não é livre. Ele é a negação de si mesmo. E é impossível iludir, enganar o destino que o destinou a ser um projeto impossível: a vida do homem é uma tragédia, não apenas no sentido que Nietzsche lhe dava, mas como caos, náusea, impossibilidade, inferno.

Por isso o homem é vítima de si mesmo e deve sacrificar seu desejo na ilusão (que forma a cultura e a religião) de sua redenção impossível. Por isso sacrifica aos outros no altar da liberdade que se funda na propriedade, na proibição e na lei. Deus, liberdade ou destino são então, os ídolos sedentos de vítimas e sacrifícios do homem que se vê como proprietário, machista, racionalista, dualista (antropológica e eticamente), ocioso e escravagista, indo-europeu. A religião constitui-se então, como ilusão de expiação, como sinal de impotência, e como recomposição da ordem da propriedade de Deus e do homem.

O Estado de Crisandade é a fusão contraditória dos núcleos ético-míticos semitas e

---

<sup>8</sup> *Gênesis* 3,15.

<sup>9</sup> *Mc* 12,33

<sup>10</sup> Cf. René Girard, *opus cit.*

indo-europeus tendo, como condição, a eliminação dos pré-semitas. Essa fusão que se consolida no Feudalismo (com a pulverização do Estado, a privatização da defesa, a ruralização da sociedade, a clericalização e hierarquização estamental da sociedade e da Igreja), transforma-se na essência dialética da Sociedade Moderna. Os Impérios Mercantis Salvacionistas, como os denomina Darci Ribeiro, de Portugal, Espanha e mais tarde de Holanda, Inglaterra e França e de toda a Europa têm, em sua infra-estrutura econômica e social, bem como em sua supra-estrutura política, cultural e religiosa o modelo indo-europeu revestido pela ética cristã. Essa contradição se resolve na aceitação absurda e real de dois polos opostos.

Por um lado (pela aceitação do Império Romano, indo-europeu, com sua estrutura econômica, política, social e cultural baseada na propriedade e na exclusão), o Estado de Cristandade será o reino de Deus controlador, que exige consenso doutrinário, e que sacrifica toda a diferença e oposição herética na fogueira (verdadeiro altar de um ídolo, que se erige em frente à catedral, sendo a vítima, e são milhares e milhares, sem contar os milhões de índios e negros) o bode expiatório que carrega sobre si a violência gerada pelo desejo mimético que não aceita o outro como outro.

Nesse processo, a Inquisição é a ponta mais evidente do iceberg. Deus é, aqui, o proprietário exclusivo do universo. O papa é seu representante na terra e o rei é o delegado do papa. Esse Deus todo-poderoso, onisciente, princípio último da racionalidade, castigador implacável dos delitos estabelecidos em lei, precisa de vítimas e sacrifícios. A ele deve ser sacrificado o pecador ou um substituto, um bode expiatório em seu lugar. A Ele o homem sacrifica seu desejo e sacrifica vítimas para aplacar sua justa ira. O homem que vive para salvar sua alma (separada do corpo que é prisão e fonte de pecado) precisa castigar-se, imolar-se, negar-se, submeter-se. Como ele não consegue fazê-lo, imola os outros como sacrifício expiatório de sua culpa. E assim, momentaneamente, “a consciência sossega”, os deuses são aplacados. E a mulher mais do que ninguém representa aqui o desejo que deve ser negado e abolido: sua sensualidade, sua sexualidade, seus encantos são vistos como fruto de um pacto com o diabo e assim mais de cem mil mulheres são queimadas como bruxas<sup>11</sup>. E o demônio passa a ter poderes de Deus. E a demonização exige luta, sacrifícios, vítimas.

Por outro lado, e perfurando dialeticamente todo o Estado de Cristandade, por dentro de suas contradições, há profetas insígnies como o grupo de Francisco de Assis, que, na mesma data e na mesma igreja em que o papa autoriza sacrificar os hereges albigenses no sul da França, reconhece como cristão, como autenticamente da Igreja, a proposta de Francisco de Assis (1209 na Basílica de S. Pedro em Roma): O Deus da misericórdia, do perdão, da alteridade que se vive na liberdade da “ternura e vigor”, na fraternura serviçal e alegre e na pobreza que ultrapassa todo objeto restrito do desejo, para atingir o coração do universo e do homem, no amor. No amor que é melhor que todos os sacrifícios e que liberta.

Na verdade, o Estado de Cristandade moldou a Sociedade Moderna em suas contradições. Essa sociedade excludente e sacrificialista adotará cada vez mais o Deus indo-europeu como ídolo do mercado que, todo-poderoso, exigirá suas vítimas cada vez mais numerosas. O mercado e a mercadoria definirão a Economia, a Sociedade, o Estado e a Cultura modernos, incluindo até a religião. A esse ídolo serão sacrificados, apesar dos protestos proféticos de muitos como Bartolomeu de las Casas, quase a totalidade dos índios americanos e suas culturas. A ele serão sacrificados até o holocausto os negros da África. E serão sacrificados em

---

<sup>11</sup> Cf. *O Martelo das Feiticeiras*, o manual da inquisição contra as bruxas.

nome do anti-sacrificialismo.<sup>12</sup> A esse ídolo serão sacrificados mais de 40 milhões de homens e mulheres só na última guerra mundial. A ele são sacrificados populações e classes excluídas diária, diuturna e permanentemente. É realmente insaciável esse deus de mão invisível e todopoderosa. Um deus sem piedade e sem compaixão e que estabelece o egoísmo da competência (leia-se competição) como a suprema virtude.

Ser competente em buscar o próprio lucro, em explorar fatias e nichos de mercado, sem compaixão para com os excluídos, os incompetentes, que foram excluídos por sua incompetência, por sua própria e exclusiva culpa, é a virtude do homem moderno<sup>13</sup>. Compadecer-se das vítimas que o próprio mercado estabeleceu para serem sacrificadas em benefício da Humanidade e do Progresso é abominável, pecado. “Se nem Deus os abençoou com o sucesso para, mostrando-lhes assim que não foram predestinados para a salvação, por que deveríamos nós ter pena deles?” dizia um pregador mórmon em Pelotas<sup>14</sup>.

E o Estado de Bem Estar Social, o Estado das políticas sociais, que retira do mercado a poupança amealhada pela esperteza e competência do capital, se um dia foi um mal necessário para evitar as convulsões sociais, hoje, para estes “sacerdotes” do mercado, já não tem sentido. O Estado deve ser reduzido ao mínimo para que não estorve o mercado, para que proteja o mercado e não caia na tentação de controlar e interferir no mercado, especialmente para dele retirar recursos a serem aplicados em políticas sociais. Socorrer os excluídos com políticas de saúde, educação, segurança, emprego etc. é um atentado contra o mercado e, portanto, um atentado contra Deus que criou o homem livre (proprietário) para explorar os recursos da natureza e para demonstrar através do sucesso e da vitória que foram predestinados para a salvação<sup>15</sup>.

Se for necessário um discurso socialmente forte em favor das minorias, dos desamparados, dos descamisados, dos desempregados etc. - e como pode ser forte esse discurso através da potência dos atuais meios de comunicação! -, então que se o faça. Mas que a política não passe do discurso. Que o discurso encubra o real sentido da política, da organização social e da economia. Como nunca a política se faz manejo de ideologia, no sentido pejorativo do termo. Na hora concreta de satisfazer as necessidades humanas, a resposta sempre será a mesma: não há dinheiro, temos que diminuir e controlar os gastos do Estado, temos que adequar o Estado à realidade. Especialmente hoje que a realidade é globalizada. É preciso, então,

---

<sup>12</sup> O cristianismo cuja essência é a misericórdia e o amor ao próximo e que anulou e aboliu os sacrifícios de animais ou de vidas humanas, transformou-se (especialmente no Estado de Cristandade) em lei que proíbe todo o sacrifício.

Em nome desta lei e para castigar aos que se opõem a ela, aos que querem novamente crucificar Jesus Cristo, sacrificam-se milhões de vítimas nas formas mais ignominiosas de morte. Os que sacrificam não se acham negando o cristianismo, mas fazem do sacrifício, da morte, da guerra santa, do extermínio dos “inimigos de Cristo” a sua devoção a Deus e seu amor ao próximo. Escravizar os índios e castigá-los (inclusive com a morte e com a guerra total) será um ato de caridade como dirão Ginés de Sepúlveda e Francisco de Vitória, dois teólogos que, em nome do Estado de Cristandade espanhol, justificam a invasão e a conquista da América. (Argote, 1993, pg. 66 ess.)

<sup>13</sup> A moral cristã, como a via Nietzsche, que visa a proteger os que sofrem, os oprimidos os miseráveis e fracassados contra todo privilégio, toda criatividade e vitalidade da raça e do super-homem que tem o poder e que matou Deus, deve ser rechaçada para que os fracassados (e são fracassados porque não querem confessar que são assassinos de Deus e ainda mantém a sombra e o fantasma de Deus) devem ser abandonados à sua própria sorte. Cf. Nietzsche, *O Crepúsculo dos Deuses*

<sup>14</sup> É a tradução daquilo que Max Weber atribuía à ética calvinista como espírito do capitalismo.

<sup>15</sup> Ibidem.

sempre desmentir os sacrifícios e as vítimas exigidas pelo deus-mercado. “Não são tantos os desempregados, temos que ver também o lado bom, um dia o bolo será repartido, não somos nós os responsáveis pois esta realidade vem de longa data, o progresso exige sacrifícios, a insistência em ouvir o clamor dos excluídos é uma doença dos radicalismos, dos opositores, daqueles que nunca estiveram no poder”... “Em matéria de ética temos que distinguir duas éticas: uma da vida privada e outra a da vida pública, do exercício do poder onde a negociação, a barganha, a conciliação e a administrabilidade se impõem...do contrário, os que detêm o poder econômico e social não permitem governar...” “E como, em matéria de ética e moral, nada é certo em definitivo, a moral depende da opinião de cada um...então o essencial, em política, é fazer a opinião e o consenso”.

Domínio político é domínio de comunicação. Quando os pobres e excluídos, e isto é uma realidade candente no Brasil de hoje, pensarem, crerem, disserem que a sua pobreza, sua exclusão, sua opressão, seu sacrifício se devem ao fato de sua incompetência e inércia, de sua pouca inteligência e habilidade, de seu pecado e culpa, tudo está pronto para o sacrifício. A hora e lugar da imolação serão fixados pela crise do mercado, o deus irado exigindo vítimas.

O Estado de Direito como distintivo da Sociedade Moderna e seu símbolo a partir da Revolução Francesa, acabará sendo o disfarce, o pretexto e o texto para a opressão e o sacrifício. Nele, a “igualdade, liberdade e fraternidade” serão o enunciado que só pode realizar-se se não forem reais. A igualdade perante a lei ( e não na economia, na organização social e cultural), a liberdade de empreender e contratar ( para deixar os trabalhadores sem amparo) e a fraternidade corporativa dos mesmos para os mesmos, estabelecem os pressupostos legais para o sacrifício necessário das vítimas diante do capitalismo liberal.

A institucionalização da ordem, a legalização sob pretexto de libertar o homem da tirania arbitrária dos reis e do papa, levou a burocracia ao paroxismo, evidenciado nos estatismos como o soviético para quem a lei, a ordem, o regulamento, a portaria estão acima do homem, de suas necessidades. Neste sentido impressiona ver funcionários públicos que se dizem adeptos às mudanças e até a revoluções negarem, sob o mínimo pretexto burocrático, os direitos fundamentais dos cidadãos. Dos mais pobres, especialmente. É o sistema legal, laico, vitimário em funcionamento.

A partir do próprio Estado de Cristandade onde a Religião domina e controla a Sociedade e o Estado, há uma reação laica<sup>16</sup> que: cria um saber próprio (as ciências naturais simbolizadas na física, a Filosofia da subjetividade, o racionalismo, o iluminismo, o positivismo) fora do controle eclesástico e da nobreza no Estado de Cristandade e contra ele<sup>17</sup>; cria uma visão de mundo, de Homem, de Deus e da História antropocêntrica; exige soberania ante o Império e o papado, construindo Estados Nacionais e submetendo a religião ao Estado, utilizando-a como ideologia e justificação do Estado; e cria o ídolo intocável e todo-poderoso do mercado. Esta é, porém, uma reação de dentro do próprio Estado de Cristandade.

---

<sup>16</sup> Os leigos foram a massa marginalizada no Estado de Cristandade medieval. O espaço político e de poder foi preenchido apenas pelos nobres e pelo clero (alto clero). Com o crescimento do poder econômico da burguesia, das corporações e manufaturas no período do mercantilismo, e mais ainda das manufaturas e revolução industrial os leigos criam um espaço próprio de poder. Esse espaço estará cada vez mais fora e contra o poder dos nobres e do clero no Estado de Cristandade. Será a laicização do projeto sacrificial do Estado de Cristandade. Agora, os ídolos e deuses que querem sacrifícios serão os donos do capital no Capitalismo Liberal, e as vítimas serão os proletários”. É o mesmo Estado de Cristandade, o mesmo sacrifício, com outra simbologia e liturgia.

<sup>17</sup> É o Estado de Cristandade laicizado.

É dentro desse contexto que a Filosofia moderna se constitui como subjetividade, como teoria da Consciência, como a Razão Transcendental do Absoluto e suas reações. O Absoluto, porém, dessa sociedade, não será, como dizia Marx, a justificativa última dessa mesma sociedade excludente? Haverá ainda nela lugar para a experiência existencial da liberdade do outro, da relação amorosa com o outro? Haverá lugar para ouvir o clamor do injustiçado? Ou deverá a Filosofia repetir-se como racionalidade pura que exclui o amor, o desejo, a paixão, a compaixão, a solidariedade, tidos todos como irracionais e como tal sem fundamento, sem razão de ser?<sup>18</sup>

Para salvar o homem, o mundo, a história e a fé será necessário um ateísmo desse deus insaciável de sangue e de vítimas, para além, do Estado de Cristandade.

Quem sabe se o Deus de Jesus Cristo e seu ateísmo anti-sacrificial nos aponte para a libertação tão necessária. Com seu monoteísmo ateu e profético trazendo a alteridade como fundamento da cultura e da religião. Em nome de todos os sacrifícios e por todos os sacrifícios e para abolir todos os sacrifícios, Ele, inocente, livremente se entregou ao Pai, lutando contra todos os sacrifícios, como dom perfeito, pleno e definitivo, para que todos fôssemos libertos do pecado, da pena, da expiação, do sacrifício. Ele foi morto e assassinado porque era contra os sacrifícios produzidos pelo cumprimento da lei. Sua morte não autoriza nem desculpa os sacrificadores como se Ele fora destinado pelo Pai para ser sacrificado pelo pecado dos homens. Como se Deus Pai, ofendido pelo pecado dos homens que, portanto, lhe devem uma dívida impagável, exigisse que seu próprio filho fosse sacrificado e assim Sua ira fosse aplicada<sup>19</sup>. Mas Deus não quer “nem sacrifício nem oferenda e não pede nem holocausto nem expiação”<sup>20</sup>.

O sentido da morte de Cristo, vivido pela fé, está no amor ao próximo como superação de todos os sacrifícios e não como concordância com o sacrifício ou com a lei que sacrifica. “Antes da festa da Páscoa...amando os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim”<sup>21</sup>. Sua vitória sobre a morte aboliu, ultrapassou e assumiu todos os sacrifícios. Ele, assassinado, inocente, negando todos os sacrificadores e julgando toda a cultura sacrificial, fez da Ressurreição o fundamento definitivo da cultura e da religião no amor, na justiça, na alteridade. E o fez para todos.

Em sua vida, em sua carne, mostrou-me que a luta não a supero senão doando-me à alteridade do outro: minha liberdade consiste em construir a liberdade dos outros. Não consiste em deixar que os outros me sacrifiquem porque assim estou validando o sistema sacrificador e os sacrificadores, nem posso sacrificar os outros como bodes expiatórios de minhas culpas, simbólicas e primitivas ou não.

Assim podemos entender que a religião (especialmente a do Estado de Cristandade e que não é sinônimo de cristianismo) nasce do desejo mimético que origina a violência, em cuja crise exige-se uma vítima (um bode expiatório) que afaste a violência e a disfarce momentaneamente e recomponha a ordem: a ordem divina e sagrada exige a vítima e a expiação para retornar e reforçar seus padrões e imperativos. A vítima sou eu enquanto alienado à

---

<sup>18</sup> ...a razão governa o mundo e, por consequência, a história universal é um processo racional. Hegel, F. Filosofia da História, in Menezes, Djacir *Textos Dialéticos*, pg.39.

<sup>19</sup> Está no mesmo sentido a interpretação do pecado original que teria estragado, anulado o plano de Deus. Cristo teria vindo remendar o plano que o homem rasgou. O pecado do homem seria maior que Deus. E a misericórdia de Deus não seria maior que a distância que há entre o céu e a terra, como insistem os profetas, os salmos e Jesus?

<sup>20</sup> Sl. 40,6.

<sup>21</sup> Jo, 13,1.

indiferenciação social, enquanto adquiro minha identidade porque imito e faço o desejo dos “outros” o meu desejo negado: inveja, violência para adquirir a minha identidade violentando a ordem social que me violenta.

De fato, Deus e a religião não podem deixar de inquietar a ninguém. É uma questão de identidade e de salvação do homem. Ou encontramos o caminho para salvar nossos desejos e o humano de nós mesmos, ou abdicamos de ser. O deus do mercado, o deus sedento de sacrifícios já não pode salvar a ninguém. Que fazer então com Deus e a religião? É possível dar uma inteligibilidade rigorosa a essa experiência? Não só pode, mas deve e é imperioso que o seja. Essa racionalidade não necessariamente é apenas teologia como inteligibilidade da fé. É também uma racionalidade filosófica que, enquanto caminhar precário, finito, histórico, em busca da compreensão de toda a realidade não pode reduzir-se a um racionalismo absoluto que se declara impotente.

A Filosofia é hoje, mais do que nunca, necessária, mas seu método deve ampliar-se para além da pura racionalidade e permitir compreender os valores, a fé, a experiência dos outros e de Deus. Do Deus vivo para quem se pode cantar e bailar, para quem se pode pedir perdão e louvar. E para isso a Filosofia precisa ser antes de mais nada uma negação, uma crítica, um destronar de ídolos que se fizeram absolutos, inamovíveis, cruéis reclamadores de vítimas.

Antes de mais nada deveríamos perguntar a quem interessa a religião, essa religião (do Estado de Cristandade), e a sua defesa? A quem interessa que esse Deus exista? A existência de Deus depende dos interesses de cada um? Cada um cria o Deus que e como lhe interessa? Deus é, então, criado à imagem e semelhança dos interesses, das necessidades e dos vazios de cada um? Deus será então a invertida projeção simbólica das carências e necessidades do homem? Será por isso que os pobres crêem em Deus, como dizia Nietzsche? Só os que têm fome e sede de pão, de justiça e de paz é que verão a Deus? É possível pensar em Deus como identificado (e não apenas simbolicamente) com os pobres e suas mais concretas necessidades? Será, por isso que os pobres se sabem queridos por Deus e que os sacrificadores de nossa cultura vitimária têm tanta dificuldade de se haver com Deus? O Deus dos pobres, porém, será o Deus do Estado de Cristandade?

Ou será Deus apenas uma inquietação inútil que proíbe, castra, mata nossos desejos? O Deus das religiões fundamentalistas americanas? Ou Deus da elite dirigente latino-americana do ritualismo do poder? Ou o Deus dos funcionários de igrejas que, enquanto tais, detêm uma fatia de poder e de mando? Ou o Deus que garante o poder dos opressores, dos vencedores, dos invejados pelos vencidos? Mas esse deus alguma vez nasceu? Não será apenas um aborto intelectual, a ereção de um ídolo que purifica a nossa culpa e assim garante nossa situação e afasta o perigo?

O Deus dos “proprietários” indo-europeus é, ideologicamente, a justificativa última de sua propriedade. O Deus que garante a exclusividade da propriedade, a exclusão de todos os outros da propriedade. Ao mesmo tempo, porém, esse Deus lhe faz concorrência, não o deixa ser deus, proprietário absoluto da terra, dos produtos da terra, do trabalho dos trabalhadores e dos próprios trabalhadores, da ordem social, política e econômica e, conseqüentemente ética e cultural e religiosa, dono de si mesmo e do próprio Deus, senhor do bem e do mal. Não há propriedade, nem privada nem pública, que subsista sem essa apropriação. Deus, nada mais é, então, do que a expressão da ordem econômico-social excludente e vitimária?

O certo é que Deus, a lei de Deus do Estado de Cristandade, é uma arma muito perigosa porque se faz absoluta, definitiva. Contra as sentenças de Deus não há recurso. Sua

sentença abrange a vida e a morte, tudo. Nada pode ser salvo, reservado, protegido, inclusive a liberdade, a consciência, o desejo, a decisão, o amor. O amor, o serviço, a fidelidade é um dever, uma obrigação, que decorre da lei de Deus, obviamente traduzida por quem o representa na terra e na estruturação social de sua igreja, e não pode ser desobedecida sob pena de ser castigado. Quem desobedece a lei (seja qual for a lei: de Deus ou dos homens) deve ser sacrificado em si mesmo ou num bode expiatório.<sup>22</sup> E os funcionários das igrejas sabem muito bem a dimensão deste poder da religião.

A crise do Estado de Cristandade do século XX trouxe à luz e ao debate a função e sentido da religião e da fé. Por um lado mostrou o grande equívoco de uma religião sacrificialista como negação do homem e como idolatria. Por outro mostrou a necessidade de situar cada vez mais amplamente as dimensões de nossos desejos e utopias e a exigência superadora de um Deus do amor e da alteridade. Não mais um Deus que dá segurança à minha debilidade. Um Deus que seja apenas o reflexo e a inversão de nossa fraqueza e fragilidade. Um Deus que dá paz e tranqüilidade. Que dá sossego psicológico. Mas um Deus que deixa nosso coração inquieto. Um Deus que convoca para a plena identidade e liberdade. Um Deus que não é apenas o vazio de nosso desejo mas sua plenitude.

Deus assoma ao horizonte de nosso espaço existencial quando derrubamos os ídolos sedentos de vítimas e sacrifícios, quando demolimos seus altares erigidos nas praças econômicas, políticas, socio-culturais e no interior de nossas decisões pessoais. No vácuo de todos os ídolos, no silêncio suave de uma brisa, quando o homem já não pode agarrar-se a nada para justificar-se, para garantir sua segurança, então, ouve a voz do excluído clamando por justiça. Voz que o poder da propriedade abafava e distraía com o ruído da demonstração prepotente. Livre, sem dever nada a ninguém, nem a si mesmo, o homem se libera à voz do outro, para ouvi-la, e ouvindo-a escuta os passos de Deus que vem passear com os homens nus (sem máscaras e sem medo de seus desejos) à brisa da tarde.<sup>23</sup>

A proposta que o Deus da alteridade nos faz é que não devamos nada a ninguém, pois já fomos liberados de todas as nossas dívidas. Já podemos simplesmente ser, liberar-nos ao outro que, balbuciando a linguagem, sai de seu mistério insondável de liberdade e nos convida para o Encontro. O convite e a resposta para o Encontro, acontecem no Encontro como experiência de Deus.

Deus é aquele que, sendo totalmente Outro do homem, garante a alteridade de cada interlocutor como outro do outro. A identidade resulta então, não do desejo mimético violento e violentador, mas do banquete de alteridade que se realiza no Encontro. O amor que é síntese e síntese da alteridade, identidade da identidade e da alteridade de cada um, supera a cada um enquanto o engloba e assume, subsume mantendo-lhe a alteridade. O amor não anula a identidade, a especificidade de cada um, mas garante-a, funda-a como especificidade e alteridade. A identidade não é apenas a diferença e oposição dialética. Nem é a igualdade anuladora. Mas a especificidade do participar. Deus é amor.

“Quero inteira a minha liberdade. Não apenas a arbitrariedade solitária de meu limite e capricho, mas a liberdade liberada que encontro na beleza, na riqueza de teu rosto que, em não

---

<sup>22</sup> O que antes de mais nada se sacrifica é o corpo, a sensibilidade, o desejo e nisto especialmente a sexualidade, conforme uma ascese que medra no Estado de Cristandade, profundamente ligada ao dualismo antropológico e ético que vem de Platão e do orfismo grego.

<sup>23</sup> Cf. Gên. Capítulos 2 e 3.

me dando nada, não me devendo nada, não precisando nada, é Dom gratuito, graça e paz que me inquieta, convida para o Encontro”. O excluído julga o sistema, ultrapassa-o e, revolucionando-o, aponta-lhe a utopia e a esperança, já não como ilusão e disfarce, mas como a experiência do que vem.

Esquecemos o nome e o rosto de nosso Desejo. Esquecemos que os objetos de nosso desejo são apenas metáforas do que desejamos. Esquecemos que o vazio entre nós e o objeto de nosso desejo, que se esvai na efemeridade trágica e ontológica, é a Palavra. Os objetos não se mostram como telos de nosso desejo se não os recobrimos com uma metáfora. Nosso desejo pode ser mimético: gostar da beleza do outro e renunciar a si mesmo, fazendo concorrência ao outro na violência, ou gostar de ser objeto de desejo do outro porque, e enquanto, sou diferente dele: Narciso buscando um espelho que não espelha a mesmice e sim a diferença.<sup>24</sup> Esquecemos que andamos em busca de nossa imagem perdida (somos a Bela Adormecida). Sem saber, rompendo estradas e muros, descobrimos o rosto adormecido de nós mesmos...Deus precisou de um espelho (somos imagem e semelhança dele) para espelhar-se como Outro que é objeto de nosso desejo, e de nosso prazer. Deus não é a morte de nosso Desejo mas o objeto mesmo de nosso Desejo a que as metáforas de tudo o que comemos, remetem.<sup>25</sup>

Se colocarmos uma metáfora no pão ( no gesto econômico, político, social) temos a chance de nos comeremos mutuamente e de alimentar nosso desejo. E então teremos chance da esperança: as entranhas, não só de animais, mas dos homens sacrificados, anunciam, revelam o que há de vir. Não é a cabeça e o entendimento que profetizam, não é o cálculo e a experimentação métrico-matemática, e sim as entranhas como sede do amor que sabem do futuro e nos fazem lembrar nossos desejos.

Não basta também declarar que a experiência humana, a sapiência humana que inclui a fé, se contrapõe à razão e que é preciso encontrar uma ponte entre os duas. A Filosofia é a construção dessa ponte e mediação ( não enquanto teologia). Para isso não resolve eliminar um dos lados da dialética fazendo da outra o fundamento e superação desta. É preciso manter os polos como opostos, e enquanto opostos, sem confundir fé com razão ou vice-versa, e mostrando analógica ou analeticamente sua possibilidade, identidade e vinculação. A vida, a fé necessitam de uma racionalidade, histórica é verdade, precária é verdade, sempre aberta, que junte, ordene, mostre as razões do existir e do crer. Será um constante recolher do passado a experiência humana sem absolutizá-la a pretexto de segurança, unidade e medo. Um pensamento que não tenha medo da vida, da paixão e da esperança, denúncia permanente de toda falácia vestida de segurança.

Então descobriremos que o Deus vivo que interpela e que convive com o homem em todos os fatos históricos não se encontra na ponta de um raciocínio nem na culminância da razão e dos princípios. Deus se encontra na partilha do pão.

---

<sup>24</sup> Cf. Rubem Alves, *Teses Sobre Desejo e Sacrificio*, in René Girard com teólogos da libertação, pg. 288.

<sup>25</sup> *Ibidem*,

## **Bibliografia**

- ARGOTE, Germán Marquínez et alii. *La Filosofía en América Latina*, Bogotá, El Buho, 1993
- ASSMANN, Hugo. *René Girard com Teólogos da Libertação*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- BEOZZO, J. Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- CARDENAL, Ernesto. *La Santidad de la Revolución*. Salamanca, Sigueme, 1978.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Creio na Justiça e na Esperança*. Rio, Civilização Brasileira, 1978.
- FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Imago, 1969 – 24 volumes.
- HEIDEGGER, M. *Introducción a la Metafísica*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1966.
- LIBÂNIO, J.B. *Formação da Consciência Crítica*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Obras Incompletas. Os Pensadores*, vol XXXII, S. Paulo, Abril, 1974.
- PORTILLA, Miguel León. *La Filosofía Náhuatl*. Mexico: UNAM, 1979.
- RICHARD, Pablo. *Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja*, Paulinas, S. Paulo, 1982.
- ZAFRA, Antonio Castro. *Los Círculos del Poder, Apparat Vaticano*. Madrid, Ed.Popular, 1987.
- ZANOTELLI, Jandir. *América Latina: Raízes sócio-político-culturais*. Pelotas, Educat, 2<sup>a</sup> ed. 1999.

### **Diretrizes para publicação de trabalhos:**

1. O trabalho deve ser inédito e, salvo decisão contrária do Conselho Editorial, destina-se exclusivamente à revista, não sendo permitida a sua publicação anterior ou simultânea em outros veículos.
2. Os trabalhos aceitos para publicação tornam-se propriedade da Revista.
3. Os originais são submetidos à apreciação do Conselho Editorial de cujo julgamento não há recurso.
4. Os trabalhos não aceitos são devolvidos aos autores.
5. Ao Conselho Editorial é reservado o direito de devolver os originais quando se fizerem necessárias correções, modificações de ordem temática e/ou formal.
6. A Revista reserva-se o direito de proceder as modificações de ordem puramente formal, dos aspectos que porventura exigem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações é dada ciência ao autor.
7. Os textos devem ser digitados em programa Word for Windows, com 82 toques por linha, espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12 e em folha tamanho A4.
8. Os textos devem ser enviados em disquete junto com duas cópias em folha tamanho A4. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivamente em algarismos no canto superior direito. Na entrega ou no encaminhamento dos originais, há necessidade de que eles se façam acompanhar de carta do autor responsável, autorizando a publicação.
9. Os artigos devem ter no mínimo 4 (quatro) e no máximo 20 (vinte) páginas, apresentados em três partes principais: cabeçalho, corpo (ou texto) e material de referência.

#### 9.1. Cabeçalho:

- a) título e subtítulo, se houver - o título deve expressar, de maneira clara e precisa, a idéia central do trabalho; cabe ao subtítulo explicitar o conteúdo do título, sendo usado quando muito necessário;
- b) versão do título e subtítulo para o inglês;
- c) nome(s) do(s) autor(es), em itálico, seguido(s) de suas qualificações e local de trabalho;
- d) resumo informativo (RESUMO) - não deverá ultrapassar 250 palavras, devendo ser consultada a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

- e) versão do resumo para o inglês - ABSTRACT;
- f) Palavras-chave (unitermos): palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Os autores devem indicar aquelas que melhor representem a abordagem feita ao assunto;
- g) versão das palavras-chave (unitermos) para o inglês - Key words.

#### 9.2. Corpo (texto do artigo):

- a) o texto do artigo deve conter sequencialmente, quando cabível: Introdução, Material e Métodos, Resultados, Discussão e Conclusão, e, caso necessário, Agradecimentos;
- b) se houver necessidade de uso de tabelas e gráficos, devem ser consultadas as normas da ABNT.

#### 10. Referências Bibliográficas:

- devem obedecer o sistema de notas de rodapé ou sistema americano (no final do artigo).

11. As resenhas devem ter no máximo 4 (quatro) páginas e deve constar a citação completa da obra resenhada.

#### 12. Observações finais:

- a) o (s) autor (es) deve(m) enviar, juntamente com o trabalho, o (s) endereço (s) completo (s) para correspondência;
- b) à Comissão Editorial é reservado o direito de aplicar as normas brasileiras vigentes quanto à documentação;
- c) à Comissão Editorial cabe a apreciação e a autorização de exceções, quaisquer que sejam, a estas normas para publicações.